

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO: Seus vários sentidos na visão dos agentes da educação do município

Ana Karoline de Barros Torquato

Universidade Federal de Pernambuco, anna.karollynee@gmail.com

Débora Caroline Azevêdo de Andrade

Universidade Feral de Pernambuco, debora.karoline@hotmail.com

Fábio Júnio de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco, fabioandrade4177@gmail.com

Thays Emanuely Alves de Araújo

Universidade Federal de Pernambuco, thaysemanuely.009@gmail.com

Resumo: Com o intuito de maior aprofundamento nos estudos referentes à qualidade da educação, foi desenvolvida essa pesquisa que visa trazer as diferentes perspectivas que englobam o termo qualidade da educação, evidenciando desta maneira que este possui valor polissêmico e caráter complexo para análise. Para uma melhor visualização do tema e das discussões que podem ser geradas através deste, foi realizada essa pesquisa que consiste em uma busca por referenciais teóricos e em uma entrevista realizada em dois diferentes municípios. Os entrevistados foram pessoas que estão diretamente ligadas com a qualidade da educação dentro do município. Levando em consideração o quanto se discursa e se discute acerca dos determinantes e das consequências de uma educação de baixa qualidade, ou de como alcançar a tão almejada educação de qualidade, é que se pensou e nos foi gerada motivação para ir em busca de mais perspectivas para melhor problematizar o tema.

Palavras-chave: Qualidade da educação; Educação básica; Agentes da educação.

Introdução

Usamos a palavra qualidade para designar algo que possui bons atributos, ou como seu próprio significado nos traz, “determina o grau negativo ou positivo de excelência de algo”, tem como principais sinônimos virtude e aptidão. Qualidade é a palavra mais utilizada para determinar se a educação em determinado local está cumprindo com seus objetivos ou não. Quando está cumprindo com seus objetivos, dizemos que temos uma educação de qualidade, já quando não está, dizemos que se trata de uma educação de má qualidade.

“Se existe hoje uma palavra em moda no mundo da educação, essa palavra é, sem dúvida, qualidade (...) todos coincidem em aceitar a qualidade da educação ou do ensino como o objetivo prioritário (...). A qualidade se converte assim em uma meta compartilhada, no que todos dizem buscar.” (ENGUIITA, 2001, p. 95).

Por mais que esta seja uma meta aparentemente almejada por muitos, a qualidade da educação não se restringe a apenas um único sentido ou compreensão, pois esta pode ser visualizada a partir de vários pontos de vista, que são dependentes do objetivo visado por aqueles que a estão propondo. Desta maneira o sucesso da educação pode ser configurado de diferentes formas, dependendo de quem a vislumbra. Assim, temos que enquanto para alguns, uma educação de qualidade seria aquela que proporciona ao indivíduo a aprovação em um vestibular ou a sua capacitação para o mercado de trabalho, para outros, se daria pela formação de indivíduos de caráter crítico.

Para uns, a educação de qualidade deve resultar na aquisição de diferentes “competências”, que capacitarão os alunos a se tornarem trabalhadores diligentes; para outros, líderes sindicais contestadores, cidadãos solidários ou empreendedores de êxito, pessoas letradas ou consumidores conscientes. (CARVALHO, 2004, p. 329, grifos do autor apud Gusmão, 2010, p. 22).

Os sentidos e propósitos atribuídos a uma educação de qualidade são definidos a partir de um processo histórico, ou seja, são mutáveis, são promovidos de acordo com a necessidade específica de cada momento. “um primeiro aspecto a ser ressaltado é que qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, ou seja, o alcance do referido conceito vincula-se às demandas e exigências de um dado processo histórico.” (Dourado e Oliveira, 2009). Levando esse aspecto em consideração, podemos observar quais prioridades foram mudadas com o passar das décadas e quais influências o sistema político, social e econômico do país pode causar nas demandas do sistema educacional.

Esses são os principais fatores que nortearão a pesquisa realizada, que possui o intuito de levar a reflexão de como se configura o termo qualidade da educação, a maneira como se desenvolveu, as modificações pelas quais passou, e as diferentes perspectivas em relação a este. Assim como associar o conteúdo obtido a partir das entrevistas com o encontrado no referencial teórico adotado.

Referencial teórico

Usaremos como um dos principais referenciais da pesquisa, a dissertação realizada por Joana Borges de Buarque Gusmão, intitulada “Qualidade da educação no Brasil: consenso e diversidade de significados”, essa nos apresenta uma excelente análise sobre o tema e abrange as diversas definições que a qualidade de educação nos traz.

Gusmão apresenta duas grandes perspectivas envolvidas nas noções de qualidade de educação. Enquanto em uma o potencial cognitivo dos alunos é representado por meio de

resultados de testes padronizados, aplicados para medir o nível de excelência da educação, e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Na outra se tem qualidade concebida na perspectiva dos direitos, visando à diminuição ou eliminação das diferenças existentes no sistema educacional. Estando dessa forma as ações tomadas por parte do governo diretamente relacionadas aos resultados destes testes e objetivos.

É importante levar em consideração quais mudanças ocorreram durante a evolução do sistema educacional público no Brasil, desde as primeiras necessidades até as atuais. A primeira etapa corresponde à insuficiência da oferta de acesso a escolarização para a população brasileira, em que somente a camada mais privilegiada financeiramente possuía. A partir do momento em que se começa a expandir o acesso à educação surge outro problema, quantidade sem qualidade, ou seja, a consequência de um crescimento desorganizado, sem um planejamento para as grandes massas populacionais. “O processo constituiu assim em colocar vinho novo em tonéis velhos, em incorporar todos a um ensino que não havia sido configurado pensando na sociedade em seu conjunto, mas em uma reduzida parte da mesma.” (Enguita, 2001, pag.97).

Como consequência desse crescimento desordenado e ausente de políticas públicas voltadas para a permanência desses indivíduos em sala de aula, houve um grande percentual de evasão escolar nesse período. Decorrente principalmente das reprovações sucessivas por parte do alunado da camada de baixa renda que estava tendo o primeiro contato com a escolarização.

Passávamos da exclusão da escola para a exclusão na escola. Os alunos chegavam ao sistema de ensino, lá permanecendo alguns anos, mas não concluíam qualquer etapa do seu processo de formação, em virtude de múltiplas reprovações seguidas de abandono. (Oliveira, p. 671 apud Gusmão, 2013).

Muitos defendiam que a universalização do ensino diminuiria a qualidade da educação no país, gerando dessa maneira um embate entre quantidade e qualidade. A questão a se refletir a quem essa estabilidade educacional estaria beneficiando, de modo que a classe menos favorecida já não possuía nenhum acesso à educação. É importante ressaltar que “a extensão de oportunidades é, sobretudo, uma medida política e não uma simples questão técnico-pedagógica” (Azanha, 2004, p. 344 apud Gusmão, 2013).

A partir da década de 1980 com o alto índice de desistências e reprovações, se começa a pensar em políticas visando à permanência dos alunos dentro da escola e regularização das idades dos alunos as suas respectivas séries, ou seja, menos reprovações para estes pudessem

concluir o ensino básico na idade correta. Com essas medidas há um aumento da continuação desses estudantes na sala de aula, no número de pessoas concluindo o ensino fundamental, bem como a demanda das etapas posteriores de ensino (médio e superior).

“O atual momento histórico consagraria, portanto, um desafio representado pela ampliação dos sistemas de ensino tanto em quantidade quanto em qualidade. Para Oliveira, a principal tarefa desse desafio seria a construção de um “padrão de qualidade” do ensino brasileiro que subsidiasse o acionamento da justiça em caso de oferta de ensino com baixa qualidade. A proposta implica o aprofundamento do debate acerca da qualidade da educação” (Gusmão, 2010).

A partir desse momento surge a necessidade de se estabelecer um padrão de qualidade, assim como um novo objetivo em que a qualidade e quantidade não seriam mais tratadas de forma separada, e sim como uma finalidade conjunta em que ambas seriam metas a serem alcançadas. Surgindo a partir desse momento a necessidade de se estabelecer parâmetros por meio do qual fosse possível avaliar a qualidade da educação de determinado lugar, e a mesma como um todo em relação ao país. Porém encontrar parâmetros que avaliasse algo tão complexo como a educação em um lugar heterogêneo como o Brasil não foi e não é uma tarefa tão simples. Surgem dessa maneira as avaliações que possuem a finalidade de indicar em números e percentuais o índice de desenvolvimento educacional. “Os dados quantitativos devem servir de base para estabelecer metas e políticas, desde cada unidade escolar. Medir é importante na avaliação educacional.” (Gadotti, 2013, pag. 9/10).

Por outro lado, há a argumentação de que somente essas avaliações não são suficientes para intervir e estabelecer quais são as melhores medidas para se tomar em relação à educação de determinado lugar, assim como o uso destes dados para interesses econômicos.

A focalização no resultado, apesar de tornar visível um produto da educação, ao final nada faz a não ser oferecer uma constatação estatística da desigualdade quanto aos resultados. Não nos diz nada sobre o que é preciso fazer para produzir mudanças nos resultados, melhorar a qualidade da educação e diminuir a desigualdade. (Cassassus, 2007, p.57).

É importante ressaltar que por mais que a educação esteja diretamente ligada à economia de um país, aquela não pode ser manipulada segundo os interesses desta. Ressaltando que para muitos o principal papel da educação é fornecer mão de obra, ou seja, formar o indivíduo tendo como principal intuito que este tenha algum grau de preparação para ser direcionado para o mercado de trabalho. Porém,

“a educação não tem como finalidade servir à economia, e sim ser a indicadora dos caminhos da economia. Não deve ficar de costas para ela, mas não precisa ser sua escrava, nem ter pragmatismo tal que seus índices de eficácia sejam medidos pelas taxas de crescimento econômico” (Almeida, 2006:15 apud Gadotti, p.4).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, em que se fez uso de entrevista para melhor compreender os diferentes pontos de vista, dos indivíduos entrevistados.

Para melhor abordagem do tema, se fez a escolha de pessoas que estão diretamente ligadas a educação dentro de um município, sendo elas, o prefeito(a), o(a) secretário(a) de educação, gestor(a) de uma escola municipal, professor(a) e um aluno(a). Para o espaço amostral foram escolhidos dois municípios situados no Agreste Pernambucano, totalizando a participação de dez pessoas.

Foram realizadas as seguintes perguntas:

Questionário

- 1) A cidade passa por dificuldade em oferecer acesso à educação?
- 2) O que é ter qualidade na educação?
- 3) Como você avalia as possíveis mudanças propostas pela reforma do ensino médio? E em que estas afetariam na qualidade da educação?
- 4) Qual a sua responsabilidade com a qualidade da educação no município?
- 5) Você considera que os recursos financeiros destinados à educação são suficientes para a manutenção e/ou sua melhoria?

Resultados

Pergunta (1)

Análise - Cidade A:

O(A) prefeito(a) e o(a) gestor(a) de uma escola do município interpretam essa pergunta de maneiras muito próximas, levando em consideração toda a estrutura que é essencial para se oferecer uma educação de qualidade aos alunos, e não apenas a entrada destes na instituição.

Por outro lado o(a) secretário(a) de educação e o(a) professor(a) entendem que o município já tenha superado a questão de universalização do ensino, ou seja que a maioria dos

indivíduos estejam matriculados na faixa etária correta em alguma instituição de ensino básico. Havendo o(a) secretário(a) se aprofundado um pouco mais, evidenciando a dificuldade de manter o aluno dentro do ambiente escolar, cita como exemplo a dificuldade de oferecer transporte para os estudantes.

O aluno aponta uma insuficiência em se disponibilizar o recurso de informática, podemos caracterizar este como uma dificuldade em se oferecer acesso à educação de maneira plena.

Análise – Cidade B:

O(A) secretário de educação, o(a) gestor da escola e o(a) e o aluno veem de maneira parecida a questão do acesso a educação, reclamando principalmente do problema com a estrutura das escolas.

O(A) prefeito diz que o município não passa por dificuldades em oferecer o acesso a educação, mas em parte acaba concordando com o pensamento dos demais quando fala que “entre oferecer educação e oferecer educação de qualidade tem uma grande diferença” referindo-se a problemas existentes na educação do município.

O(a) professor não vê problemas em relação ao acesso a educação no município.

Pergunta (2)

Análise – Cidade A:

Boa parte dos entrevistados considera a questão dos recursos como o principal fator responsável por uma educação de qualidade. O(A) secretário(a) de educação levanta a questão multiplicidade de qualidade de educação em que se discute atualmente. Já o aluno(a) reflete mais a respeito da relação professor-aluno dentro da sala de aula.

Análise – Cidade B

O(A) Prefeito e o(a) secretário de educação fazem análises bem próximas, citando a importância da estrutura dos prédios escolares e remuneração dos profissionais da área e ressaltam a participação da família na escola como um dos aspectos mais importantes para se chegar à qualidade na educação. Já o(a) gestor, o(a) professor e o(a) aluno citam a questão estrutural e principalmente a boa formação dos professores.

Pergunta (3)

Análise – Cidade A:

Podemos observar que o(a) prefeito(a) demonstra pouco conhecimento acerca das mudanças que ocorreriam com a proposta de reforma do ensino médio a respondendo de forma um pouco imprecisa. O(A) secretário(a) por não trabalhar com o ensino médio julgou não ser a pessoa mais adequada para responder à questão. Já o(a) gestor(a) as julgou negativas por tornar algumas disciplinas não obrigatórias. O(A) professor(a) levanta que existiria tanto a possibilidade de impactos positivos quanto negativos. E o estudante acredita que esta trará perspectivas muito melhores a eles.

Análise – Cidade B:

O(A) prefeito, e o(a) gestor da escola falam da necessidade de mudanças na educação e veem com bons olhos as propostas da reforma, acreditam que é preciso experimentar algo diferente. O(A) aluno também vê de maneira positiva as propostas com relação a poder optar por disciplinas não obrigatórias.

Por outro lado o(a) secretário de educação e o(a) professor avaliam de forma negativa, levantando uma possível falta de profissionais para a demanda gerada por turmas divididas em algumas disciplinas. Além disso, o professor acredita que essas propostas tenham outros interesses mais relacionados com questões estatísticas.

Pergunta (4)

Análise - Cidade A:

Nota-se que a resposta varia de acordo com o cargo que a pessoa possui, sendo importante que estes tenham real consciência de suas responsabilidades para o possível alcance dessa educação de qualidade.

Análise – Cidade B:

Todos fazem referências aos deveres dos seus respectivos cargos, o(a) prefeito, o(a) secretário e o(a) gestor da escola citam também a importância do trabalho e empenho em conjunto de todos os agentes da educação. Já o(a) professor e o(a) aluno falam da importância da compreensão na relação professor-aluno.

Pergunta (5)

Análise – Cidade A:

Em unanimidade as respostas apontam para uma insuficiência de recursos financeiros destinados ao município.

Análise – Cidade B:

Assim como na cidade A, também jugam em unanimidade a insuficiência de recursos financeiros destinados à educação e ressaltam que é necessário um grande esforço do município para complementar e satisfazer bem as demandas educacionais.

	Idade	Formação	Tempo de atuação
Prefeito(a)	47 anos	Administração (Anhanguera)	11 meses
Secretário(a) de educação	52 anos	Letras (Fafica), especialização em gestão, mestrado em gestão pública (Argentina).	11 meses
Gestor(a) da escola municipal	51 anos	Pedagogia (UPE), História (Fafica), cursando pós-graduação em administração escolar e gestão escolar.	11 meses
Professor(a)	40 anos	Pedagogia (Fafica), pós-graduação em gestão do trabalho pedagógico (Unit).	16 anos
Aluno(a)	17 anos	Cursando oitavo ano do ensino fundamental.	-----

(Tabela com os principais dados dos entrevistados).

	Idade	Formação	Tempo de atuação
Prefeito(a)	46 anos	Superior incompleto (Administração)	25 anos no setor (empresarial) 1 ano (prefeito)
Secretário(a) de educação	52 anos	Licenciatura em História (Fafica)	32 anos
Gestor(a) da escola	36 anos	Licenciatura e pós	18 anos

municipal		graduação em Letras (FABEJA)	
Professor(a)	39 anos	Licenciatura em Matemática (FABEJA)	19 anos
Aluno(a)	11 anos	6° ano do ensino fundamental	-----

(Tabela com os principais dados dos entrevistados da cidade B).

Considerações finais

Esse trabalho dedicou-se analisar as diferentes concepções a cerca do que representa qualidade na educação de dois municípios do Agreste, na visão de diversos sujeitos envolvidos no processo educativo e administrativo da educação, sendo estes os prefeitos, secretários de educação, diretores escolares, professores e alunos.

É possível notar que embora os indivíduos entrevistados desempenhem diferentes papéis quanto à educação dentro do município, muitos dos aspectos tratados nas respostas convergem entre si, principalmente no que se diz respeito à importância dos recursos financeiros para a manutenção de uma educação de qualidade. É perceptível que embora possuam algumas semelhanças, as respostas variam de foco dependendo do cargo que a pessoa desempenhe, principalmente às respostas referentes à questão número quatro (Qual a sua responsabilidade com a qualidade da educação no município?).

Por fim, percebemos que há universalização da educação nos dois municípios, os quais atendem a alunos de diversas faixas etárias, possibilitando e facilitando o acesso a educação desses sujeitos, na busca do trabalho conjunto entre qualidade e quantidade. No entanto, faz-se necessário também compreender o percurso a ser percorrido para a conquista efetiva da transformação da qualidade do ensino, nas instituições de educação básica, visando à eliminação das diferenças no sistema educacional e a formação integral do sujeito.

Referências

ALVES, Maria do Socorro Valois. Financiamento da educação: Uma visão geral sobre seus mecanismos e possibilidades de valorizar o magistério público. In: GOMES, Alfredo M.. **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 119-152.

DOURADO, L. F. OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>

ENGUIITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. [s.i.]: Vozes, 1995. Cap. 4. p. 95-110.

GADOTTI, Moacir. QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BA, [..], 2013, Florianópolis. **Anal.** Florianópolis: Coeb, 2013. p. 1 - 18.

GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. **Qualidade da educação no Brasil: Qualidade da educação no Brasil**. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.